



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**



VIVIANNE MARIA ARAÚJO ALVES

A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: mapeamento da
oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí

**PARNAÍBA
2025**

VIVIANNE MARIA ARAÚJO ALVES

A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: mapeamento da oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí.

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí/UESPI, Campus prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Samara de Oliveira Silva.

**PARNAÍBA
2025**

A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: mapeamento da oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí/UESPI, Campus prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Samara de Oliveira Silva.

Aprovado em: ____/____/____

Profa. Dra. Samara de Oliveira Silva
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Orientadora

Profa. Dra. Lucineide Maria dos Santos Soares
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Examinadora

Profa. Dra. Maria de Jesus Marques Duarte
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Examinadora

Profa. Ma. Ana Beatriz Lima da Silva
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR
Examinadora

A474g Alves, Vivianne Maria Araújo.

A garantia do direito à educação de qualidade: mapeamento da oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí / Vivianne Maria Araújo Alves. - 2025.
55f.: il.

Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Licenciatura em Pedagogia, Parnaíba - PI, 2025.

"Orientador: Prof.^a Dr.^a Samara de Oliveira Silva'.

1. Oferta Educacional. 2. Privatização da Educação. 3. Matrículas. 4. Correção de Fluxo. 5. Piauí. I. Silva, Samara de Oliveira . II. Título.

CDD 370

Dedico este trabalho à minha querida avó Rita Maria *in
memoriam*, por todo amor, exemplo e ensinamentos que
carrego comigo

Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dá forças, ser o meu sustento e me possibilitar a realização de todos os seus planos e os meus sonhos. A Ele, toda a minha adoração e gratidão por ser nosso Pai nos momentos de alegria, por ser o caminho nos momentos de incertezas e por ser o refúgio nos momentos necessários.

Agradeço também a todos que me acompanharam nesta trajetória e que me deram força para que eu pudesse chegar até aqui:

Ao meu amor Daniel Alves, pelo companheirismo, carinho, paciência diante de todas as dificuldades, pelo incentivo para sempre continuar e nunca desistir. Você foi o meu maior incentivador e acreditou quando eu nem achava que seria capaz. Essa conquista também é sua.

À minha amada filha D'ávila Victória, por ser meu impulso para continuar e lutar por uma vida melhor. Por compreender, mesmo pequena, as minhas ausências. É por você filha!

Aos meus pais Francisco de Assis e Maria de Jesus por todo o apoio por toda a minha vida até o dado momento; e principalmente à minha mãe por ser suporte a mim e a minha família quando precisamos.

Ao meu irmão Diego Airton, pela força e paciência quando eu precisei. Sei Di, que posso contar contigo em todos os momentos. Obrigada pela parceria e amizade.

À minha orientadora, profa. Samara Oliveira, por todas as oportunidades de crescimento no conhecimento da área. Agradeço pela paciência, disponibilidade, pelo apoio e as oportunidades dentro da pesquisa.

À minha amiga Tauana Rocha, pela amizade construída mesmo na distância, pela paciência, pelos conselhos e disponibilidade, serei sempre grata. À minha amiga Tamires Moraes, pela amizade e escuta, e pela disponibilidade sempre que eu precisava.

Aos meus amigos Davi, Verônica, Vinícius e Gisela por tornarem mais leve a caminhada, pelos momentos de descontração nos corredores e em sala de aula. Por todo apoio nos trabalhos, seminários e nas loucuras da vida acadêmica. Nunca me senti só nesse grupo.

À Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e seus servidores, a todos os professores do Curso de Pedagogia do *Campus* de Parnaíba pelas exigências que em muito contribuíram com a minha formação acadêmica.

À FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Piauí) pela oportunidade e apoio financeiro indispensável para a realização deste trabalho, através da concessão de bolsa de iniciação científica.

A todos os meus amigos e familiares que não citei, mas que sempre torceram por mim.

ALVES, Vivianne Maria Araújo. **Oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí: desafios para garantia do direito à educação de qualidade**. 2025. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) – Universidade Estadual do Piauí, Campus de Parnaíba, Parnaíba, 2025.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí, com ênfase nas matrículas e nas taxas de correção de fluxo, especialmente quanto ao abandono escolar. A pesquisa parte da perspectiva teórica que discute os processos de privatização na educação pública, com base em autores como Adrião (2018), Evangelista *et al.*, (2022) e Sousa e Moura (2023), que apontam a crescente inserção de práticas mercantilizadas no sistema educacional brasileiro. A metodologia adotada é quali-quantitativa, com levantamento documental e análise de dados secundários extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Observatório da Criança, abrangendo o período de 2007 a 2023. Os resultados revelam que, apesar de avanços na redução das taxas de abandono e no aumento das taxas de aprovação, especialmente nas redes estadual e municipal, persiste a tendência de diminuição no número de matrículas, sobretudo no ensino fundamental e médio. Além disso, constata-se a crescente influência de parcerias público-privadas na gestão e na oferta educacional, o que impacta diretamente na efetivação do direito à educação pública, gratuita e de qualidade. O estudo conclui que, embora haja avanços na correção de fluxo, ainda existem desafios significativos na ampliação do acesso e na permanência dos alunos na escola, o que exige políticas públicas mais robustas, equitativas e livres das lógicas privatistas.

Palavras-chave: Oferta Educacional; Privatização da Educação; Matrículas. Correção de Fluxo; Piauí.

ABSTRACT

ALVES, Vivianne Maria Araújo. **Educational offer in the public school system of the state of Piauí: challenges to guarantee the right to quality education**. 2025. Monograph (Course Completion Work in Pedagogy) – State University of Piauí, Parnaíba Campus, Parnaíba, 2025.

This study aimed to analyze the educational offer in the public school system of the state of Piauí, with emphasis on enrollment and flow correction rates, especially regarding school dropout. The research is based on the theoretical perspective that discusses the privatization processes in public education, based on authors such as Adrião (2018), Evangelista et al. (2022) and Sousa and Moura (2023), who point to the growing insertion of commodified practices in the Brazilian educational system. The methodology adopted is qualitative-quantitative, with a documentary survey and analysis of secondary data extracted from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and the Children's Observatory, covering the period from 2007 to 2023. The results reveal that, despite advances in reducing dropout rates and increasing pass rates, especially in the state and municipal networks, the trend of decrease in the number of enrollments persists, especially in elementary and secondary education. In addition, the growing influence of public-private partnerships in the management and provision of education is noted, which directly impacts the realization of the right to public, free and quality education. The study concludes that, although there have been advances in correcting the flow, there are still significant challenges in expanding access and permanence of students in school, which requires more robust, equitable public policies free from privatist logics.

Keywords: Educational Offer; Privatization of Education; Plates. Flow Correction. Piauí.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos e trabalhos entre 2010 a 2018.....	255
Quadro 2 - Artigos e trabalhos entre 2020 a 2023.....	277

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas por etapa de ensino no estado do Piauí.....	36
Tabela 2 - Matrículas na Educação Infantil por Dependência Administrativa.	37
Tabela 3 - Total das Matrículas do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.....	389
Tabela 4 - Total das Matrículas do Ensino Médio por Dependência Administrativa..	40
Tabela 5 - Taxas de Abandono do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.....	41
Tabela 6 - Taxas de Aprovação do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.....	42
Tabela 7 - Taxas de Reprovação do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.....	43
Tabela 8 - Taxas de Abandono do Ensino Médio por Dependência Administrativa..	44
Tabela 9 - Taxas de Aprovação do Ensino Médio por Dependência Administrativa .	45
Tabela 10 - Taxas de Reprovação do Ensino Médio por Dependência Administrativa	46

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDE	Manutenção e Desenvolvimento de Ensino
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria do Estado de Educação
SPE	Sistema Privado de Ensino
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Programa Nacional de Parcerias Público-Privadas
ProInfância	Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
SEÇÃO 2 - A PRODUÇÃO DA ÁREA EM ARTIGOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	21
2.1 A Educação Básica e os desafios ao Estado Brasileiro na Política Nacional de Educação.....	21
SEÇÃO 3 - PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE A PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	30
3.1 Privatização na educação pública.....	30
3.2 Oferta Educacional do Piauí.....	32
3.3 Matrículas e taxas de correção de fluxo na educação do Piauí.....	332
SEÇÃO 4 – A OFERTA EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO PIAUÍ: ANÁLISE DOS DADOS.....	35
4.1 A Oferta Educacional na Rede Pública de Ensino no Brasil e no Piauí: Desafios Estruturais, Econômicos e Sociais.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

A oferta educacional na rede pública é um dos pilares fundamentais para garantir o direito à educação e promover o desenvolvimento social e econômico (Brasil, 1988). No estado do Piauí, políticas públicas vêm sendo implementadas para ampliar o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino. No entanto, desafios persistem, especialmente em relação à distribuição das matrículas e às taxas de correção de fluxo, que medem a progressão dos alunos ao longo das etapas escolares.

O fluxo escolar é um indicador que avalia a eficiência do sistema educacional considerando fatores como aprovação, reprovação e evasão escolar. Altas taxas de distorção idade-série e retenção podem indicar problemas estruturais, como dificuldades de aprendizagem, desigualdade socioeconômica, baixa infraestrutura escolar e falhas na implementação de políticas educacionais.

Nesse contexto, torna-se fundamental analisar como a oferta educacional na rede pública do Piauí se relaciona com as taxas de correção de fluxo, investigando se há avanços ou desafios persistentes que dificultam o cumprimento do direito à educação gratuita, e a relação da privatização do ensino em uma suposta busca para sanar ou mesmo amenizar as dificuldades em garantir o direito à educação de qualidade gratuita.

No entanto, a privatização da educação básica, segundo Adrião (2018), vem se materializando no Brasil a partir do final do século XX, período no qual o termo “Privatização” passou a ser utilizado no lugar de mercantilização, no qual compreende as medidas que a educação obrigatória se tem subordinado, direta ou indiretamente, aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas.

Visto que, o modelo educacional antes da Constituição Federal tratava de uma educação tecnicista voltada para o capitalismo, a partir da Constituição Federal (CF) (Brasil, 1988), foram alcançados diversos avanços no processo educacional, como a ampliação da garantia do acesso à educação pública no ensino fundamental e médio sendo um direito a todos garantido pelo Estado.

No entanto, pode ser observado que cada vez mais há a presença da iniciativa privada nas decisões da educação pública. O Estado permanece como o responsável pelo acesso e até mesmo tem a responsabilidade de ampliar a oferta de vagas

públicas, porém, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola tem sido cada vez mais introduzido, dentro da lógica mercantil assim como declara Pessanha (2018).

Ainda de acordo com Pessanha (2018, p.16) que discute sobre a privatização escolar, na qual em linhas gerais, afirma que a inserção da lógica privada na educação é algo que “permite uma apropriação privada do bem público, dando continuidade à concentração de capital nas grandes empresas do ramo da educação, sem gerar de fatos melhorias na escola pública”. Assim, a privatização, no período do ensino obrigatório, foi caracterizada como “conteúdo da educação”.

Em contraponto, Evangelista et al. (2022) discute que na configuração do sistema educacional brasileiro, o setor privado representa relevância, pois, além de possuir papel significativo na oferta educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, se configura como um ator nos diferentes espaços de discussão e formulação das políticas educacionais.

Assim, com base nos estudos das políticas educacionais observa-se alterações nas formas de privatização em três dimensões, sendo elas gestão da educação, oferta educacional e currículo. De acordo com Adrião (2018), no caso da privatização da gestão da educação ampliam-se modalidades de subsídio público à oferta privada não associadas a políticas de escolha parental. No caso da privatização da oferta cresce o atendimento em escolas privadas lucrativas e programas de bolsas em estabelecimentos privados.

Por fim, destaca-se os processos de privatização na dimensão dos currículos, ainda segundo Adrião (2018) trata-se de processos pelos quais o setor privado determina para escolas, redes ou sistemas públicos por meio de assessorias e/ou insumos curriculares.

Considerando o campo empírico da pesquisa, sendo a rede estadual de ensino do Estado do Piauí, é possível realizar a verificação do prejuízo por meio do mapeamento da oferta educacional e das taxas de fluxo. Visto que, para Adrião (2016), embora a legislação garanta o direito à educação a todos, as populações mais pobres, crianças com idade de frequência à creche, jovens e adultos com baixa escolaridade e estudantes com deficiência ou com necessidades educativas especiais, são normalmente excluídos sob a justificativa de falta de recursos, mas na

realidade, reflete uma questão de prioridades na gestão pública e na formulação de políticas educacionais.

Apesar dos avanços na universalização do ensino, ainda há desafios na permanência e progressão dos estudantes na rede pública do Piauí. Portanto, a problemática de nossa pesquisa é pautada na seguinte indagação: quais são as principais características da oferta educacional no estado e como as taxas de matrícula e as taxas de correção de fluxo refletem a eficiência do sistema de ensino? Essas questões norteiam esta pesquisa, que busca compreender a dinâmica educacional no Piauí.

Em busca de alcançarmos compreender a problemática desta pesquisa, temos por objetivo geral analisar a oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí, com ênfase nas matrículas e nas taxas de correção de fluxo, quanto ao abandono, identificando padrões, desafios e possíveis soluções para a melhoria da eficiência escolar.

Quanto aos objetivos específicos são: a) Mapear a distribuição das matrículas no estado do Piauí, considerando diferentes etapas da educação básica (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) analisando por dependência administrativa; b) Examinar as taxas de correção de fluxo escolar quanto ao abandono, aprovação e reprovação identificando fatores que contribuem para a distorção idade-série e a retenção dos alunos.

A relevância desse estudo se concentra no esforço crítico sobre a temática com a finalidade de colaborar com a elucidação desse contexto na rede pública de educação do Piauí. Uma vez que, contribui também com a luta dos educadores em defesa da escola pública e a construção de políticas de educação planejadas que se articulem a responsabilidade federativa do papel do Estado para com sua educação estatal, assegurando o direito à educação de forma ampla, irrestrita, sem ações privatistas e cada vez mais em contraposição ao projeto neoliberal presente na educação brasileira.

O estudo desenvolvido é de caráter documental com procedimentos da pesquisa qualiquantitativa em educação, com base na coleta dos dados do Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP¹ e do Observatório da Criança². De acordo com Fonseca e Namem (2016, p.135), o INEP é atuante em “múltiplos níveis e modalidades de ensino, compreendendo, por exemplo, avaliações a respeito da Educação Básica, exames aplicados aos concluintes do Ensino Médio [...]” dentre outros tipos de avaliações.

Todavia, embora seja de conhecimento da sociedade em geral sobre a existência desse conjunto de informações coletados pelo INEP, os mesmos autores questionam sobre “se esse rico banco de dados tem sido utilizado pela comunidade educacional [...] ou se tem sido feita uma análise profunda desses dados” (Fonseca; Namem, 2016, p.135-136).

Visto que, a primeira dimensão, relativa à privatização da oferta educacional, operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental. No presente trabalho, analisou-se os números de matrículas na rede pública e privada da educação básica a nível de estado, somente no Piauí, tomando como referência dados do INEP de 2007 a 2023, tratando-se, portanto, de uma pesquisa quanti-qualitativa.

Para complementação da pesquisa, utilizou-se dados coletados no Observatório da Criança, com o intuito de avaliar dentro do quantitativo das matrículas da educação básica, as taxas de correção de fluxo quanto ao abandono, aprovação e reprovação sendo observado esses dados somente no ensino fundamental e médio.

Em consonância, a pesquisa bibliográfica deste estudo buscou realizar uma articulação entre os dados empíricos e teóricos. Estes foram sistematizados e organizados em duas dimensões complementares à saber: consistiram na primeira etapa de caráter exploratório prevendo a realização de um mapeamento para o

¹ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado em 1937 sob a denominação de “Instituto Nacional de Pedagogia”, e transformado em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) em 1997, é o órgão federal responsável pelas evidências educacionais e atua em três esferas: avaliações e exames educacionais; pesquisas estatísticas e indicadores educacionais; e gestão do conhecimento e estudos. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br>. Acesso em: 05 dez 2024

² O Observatório da Criança e do Adolescente foi criado em 2010, sendo um espaço virtual que possibilita a consulta, em um mesmo lugar, dos principais indicadores sociais relacionados à infância e à adolescência no Brasil. Seu objetivo é organizar as informações e facilitar o acesso a partir de uma base de dados estatísticos sobre a população, advindos de diversas fontes públicas e privadas. Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br/>> Acesso em: 18 mar 2025.

período considerado. Além disso, contou com o aprofundamento do levantamento bibliográfico das produções sobre a temática com a busca no *SciELO* Brasil pelas Palavras Chave: privatização da educação básica, oferta educativa, Seduc, Piauí.

Assim, para a segunda etapa da pesquisa foi desenvolvido estudos de natureza documental (GIL, 2008) envolvendo a coleta de dados em fontes oficiais da rede estadual de educação do Piauí, com o objetivo de realizar o mapeamento fazendo o recorte temporal corresponde ao período de 2007-2023. Consistiu-se ainda a análise e seleção das informações contidas no Banco de Dados do Observatório da Criança, para coleta de dados quanto à taxa de abandono dentro da educação básica dividida em cada etapa.

Portanto, a revisão bibliográfica foi embasada utilizando como procedimento de coleta de dados artigos, livros e documentos que versem sobre a privatização da educação. Dessa forma, foram coletados cerca de 15 trabalhos para os procedimentos metodológicos que orientaram a realização da pesquisa. Porquanto, apresenta a abordagem adotada, de natureza qualitativa e documental, com elementos quantitativos, além dos instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados. A metodologia contempla o levantamento de artigos, documentos oficiais, dados estatísticos e informações extraídas de bases como o INEP e o Observatório da Criança. Também são detalhados os critérios de seleção das fontes, o recorte temporal e os métodos de interpretação dos dados.

Na segunda Seção apresenta-se a Produção da Área em Artigos sobre a Privatização da Educação Básica no Brasil com a análise das publicações acadêmicas sobre privatização da educação no Brasil, com base em dois quadros organizados por períodos (2010–2018 e 2020–2023). Identificou-se as formas de atuação de atores privados no setor público e os impactos dessas políticas na qualidade da educação.

A terceira Seção trata das Perspectivas Teóricas sobre a Privatização na Educação Pública e aborda os conceitos centrais da privatização da educação com base em autores como Adrião e Evangelista que apontam três dimensões da privatização: da oferta, da gestão e do currículo. Também discute-se a situação específica do Piauí, mostrando como as parcerias público-privadas influenciam a organização educacional.

Na quarta Seção os dados apresentados versam sobre a Oferta Educacional na Rede Pública de Ensino do Estado do Piauí: Análise dos Dados, no qual traz análise de dados empíricos (2007–2023) sobre: Matrículas por etapa de ensino (Infantil, Fundamental e Médio); Matrículas por dependência administrativa (federal, estadual, municipal e privada); Taxas de **abandono, aprovação e reprovação**, com foco especial nas redes estadual e municipal e Impactos das práticas de privatização e descentralização na gestão da educação no estado. E por fim as Considerações Finais do estudo que reflete criticamente sobre os achados e que, apesar de avanços nas taxas de aprovação e redução de abandono, ainda existem desafios significativos quanto à garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, especialmente diante do avanço da lógica privatista.

SEÇÃO 2

A PRODUÇÃO DA ÁREA EM ARTIGOS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Nesta seção será apresentado o referencial teórico, construído a partir da análise da produção acadêmica sobre a privatização da educação básica no Brasil. São discutidos os conceitos, as principais formas de privatização, seus impactos na gestão, na oferta e no currículo da escola pública. A partir do levantamento de artigos e trabalhos acadêmicos, realiza-se um mapeamento crítico sobre como esse processo vem sendo analisado por diferentes autores, evidenciando tanto a sua expansão quanto suas contradições no contexto educacional brasileiro.

2.1 A Educação Básica e os desafios ao Estado Brasileiro na Política Nacional de Educação

O neoliberalismo configura-se como uma racionalidade política, econômica e social que ultrapassa as fronteiras do campo econômico e se manifesta como uma lógica que orienta as relações sociais, as políticas públicas e, particularmente, os sistemas educacionais. No campo da educação, sua influência resulta em processos de mercantilização, privatização e responsabilização individual, afetando diretamente a concepção de educação pública como direito social.

Segundo Christian Laval (2004), o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, mas um projeto de transformação profunda da sociedade, que coloca o mercado como referência central para todas as esferas da vida social. Laval destaca que, sob a lógica neoliberal, a educação deixa de ser um bem público voltado para a formação cidadã e passa a ser tratada como investimento privado, focado na empregabilidade, na competitividade e no desenvolvimento de “capital humano”.

Nesse sentido, Laval aponta que o neoliberalismo promove a substituição do modelo clássico de serviço público por uma gestão baseada na lógica empresarial, com foco em resultados, controle de desempenho, avaliação padronizada e competição entre instituições. Isso implica uma corrosão do princípio da educação

como direito, substituído por uma lógica de consumo, onde o estudante é visto como cliente e a escola como prestadora de serviços.

Em diálogo, Fernando Cássio (2021) analisa como essa lógica neoliberal se materializa nas políticas educacionais brasileiras, especialmente no avanço das parcerias público-privadas, na adoção de sistemas de ensino privados nas redes públicas e na precarização do trabalho docente. Para o autor, o neoliberalismo na educação não se dá apenas pela entrega da gestão para o setor privado, mas também pela introdução de instrumentos de regulação mercadológica, como avaliações externas, ranqueamento de escolas e políticas de bônus por desempenho.

Além disso, Cássio denuncia que o avanço dessas práticas gera a desresponsabilização do Estado, que passa a atuar como regulador e financiador indireto, enquanto transfere a execução de suas funções para o mercado. Isso compromete a qualidade, a equidade e a função social da escola pública, aprofundando desigualdades e fragilizando o princípio da educação como direito humano.

No campo da crítica à relação entre neoliberalismo e formas de controle social, Emilio Gentile (2005) não analisa diretamente o neoliberalismo na educação, mas oferece uma leitura essencial sobre como projetos políticos, culturais e econômicos moldam subjetividades e transformam cidadãos em sujeitos subordinados a uma lógica dominante. Embora seus estudos estejam mais concentrados nas formas de construção do consenso e do controle nas sociedades contemporâneas, eles ajudam a compreender como o neoliberalismo, enquanto projeto de poder, atua na formação de sujeitos adaptáveis, competitivos e individualistas, características centrais da racionalidade neoliberal.

Portanto, pensar o neoliberalismo em perspectiva crítica exige reconhecer que ele não é apenas um modelo econômico, mas uma racionalidade política que busca moldar todos os aspectos da vida social, transformando a educação pública em espaço de disputa entre o interesse coletivo e as lógicas mercantis. A crítica de autores como Laval, Cássio e Gentile permite compreender que resistir à neoliberalização da educação é, acima de tudo, defender a escola pública como espaço de formação democrática, emancipatória e de construção de direitos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece como meta assegurar a universalização da educação básica e a melhoria da qualidade, com foco na equidade e na inclusão. Contudo, como alerta Neves (2005), alcançar esses objetivos requer enfrentar não apenas os desafios de gestão e financiamento, mas também as contradições de um modelo que, em muitos momentos, submete a educação às lógicas do mercado.

Portanto, a efetivação do direito à educação no Brasil passa, necessariamente, pela defesa de uma oferta educacional pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade, que se oponha às práticas privatistas e reafirme o papel do Estado como garantidor de um direito social fundamental, inalienável e indispensável para o desenvolvimento da cidadania e da justiça social.

A produção acadêmica sobre a privatização da educação básica no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 2000, refletindo a preocupação de pesquisadores com o avanço das políticas neoliberais e a crescente inserção de práticas privatistas no âmbito da educação pública.

Segundo Adrião (2018), uma das principais referências nesse campo, a privatização da educação no Brasil ocorre por meio de diferentes formas, que vão desde o financiamento público para instituições privadas até a introdução de modelos de gestão empresarial na administração de escolas públicas. Esse processo compromete diretamente os princípios constitucionais de educação como direito social e bem público, e não como mercadoria.

A literatura científica da área destaca que o fenômeno da privatização se manifesta em três grandes dimensões, conforme mapeado por Adrião (2018) e Garcia e Adrião (2018):

- Privatização da oferta: expansão de matrículas em instituições privadas, repasses públicos para escolas privadas e programas de vouchers ou bolsas. Privatização da gestão: adoção de modelos empresariais na administração de redes públicas, terceirização de serviços pedagógicos e administrativos.
- Privatização do currículo: uso de sistemas apostilados, plataformas digitais e pacotes pedagógicos de empresas privadas, que definem conteúdos, metodologias e avaliações.

Os estudos como os de Adrião et al. (2016) e Evangelista et al. (2022) mostram que o crescimento de grupos empresariais na educação básica pública brasileira é acompanhado por estratégias que incluem a venda de sistemas de ensino, consultorias, formação de professores e gestão de resultados, tornando as redes públicas dependentes de soluções privadas.

Os artigos também evidenciam que a privatização não ocorre apenas pela abertura de matrículas em escolas privadas, mas, principalmente, pela transferência de conteúdos pedagógicos, metodologias e avaliações para empresas que oferecem materiais padronizados. Esse modelo gera uma padronização que ignora as especificidades culturais, regionais e sociais das comunidades escolares (NEVES, 2005). Além disso, a literatura denuncia que a privatização, muitas vezes, é legitimada por meio de discursos que associam a eficiência da gestão privada à melhoria da qualidade da educação pública (DOURADO, 2012). Contudo, estudos empíricos têm demonstrado que essa lógica nem sempre resulta em melhorias efetivas na aprendizagem dos alunos e, muitas vezes, aprofunda as desigualdades educacionais.

Autores como Pessanha (2018) reforçam que esse processo está diretamente vinculado às políticas neoliberais adotadas no país desde os anos 1990, as quais colocam o Estado em um papel cada vez mais subsidiário, priorizando parcerias, terceirizações e modelos de gestão baseados na lógica do mercado.

Por fim, a produção acadêmica contemporânea alerta para a necessidade urgente de resistência e fortalecimento da escola pública, defendendo a gestão democrática, o financiamento público adequado e a construção de políticas educacionais que tenham como centralidade o direito à educação e não a sua transformação em mercadoria.

O quadro 1 reúne oito publicações que discutem os processos de privatização da educação básica no Brasil entre 2010 e 2018. As produções concentram-se, majoritariamente, na análise das diferentes formas de privatização, com destaque para o avanço dos sistemas privados de ensino dentro das escolas públicas, especialmente na educação infantil e no ensino fundamental.

Quadro 1 - Artigos e trabalhos entre 2010 a 2018.

AUTORES	TÍTULO	REVISTA/PUBLICAÇÃO	ANO
Thereza Adrião; Raquel Borghi; Cássia A. Domiciano	Educação Infantil, ensino fundamental: Inúmeras tendências de privatização.	Revista Retratos da Escola	2010
Theresa Adrião, Alexandra Damaso, Luciana Galzerano	A adoção de Sistemas Privados de Ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexão a partir do perfil dos professores.	Revista e-Curriculum.	2013
Luís Carlos Sales; Magna Jovita G. De Sales E Silva	A movimentação das matrículas no Ensino Fundamental no Estado do Piauí.	Educação & Realidade	2013
Theresa Adrião Et Al.	Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação.	Revista Educação e Sociedade	2016
Stela O. De Fonseca, Anderson A. Namem	Mineração em bases de dados do INEP: uma análise exploratória para nortear melhorias no sistema educacional brasileiro.	Educação em Revista	2016
Teise Garcia; Theresa Adrião	Livro Currículo, Gestão e Oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005 – 2015).	Curitiba – CRV	2018
Theresa Adrião	Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais.	Revista Currículo sem Fronteiras	2018
Theresa Adrião	A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública.	Revista Currículo sem Fronteiras	2018

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Autores como Adrião, Damaso e Galzerano (2013) evidenciam que municípios, principalmente os de menor porte, aderiram massivamente a sistemas privados de ensino, terceirizando o conteúdo pedagógico. Garcia e Adrião (2018) e Adrião (2018) ampliam essa análise para compreender como atores privados passaram a influenciar não apenas a oferta, mas também a gestão e o currículo da educação pública.

Outro destaque são os estudos de Sales e Silva (2013), que, especificamente no Piauí, identificam como o financiamento educacional impacta na movimentação das matrículas, contextualizando dentro das reformas dos fundos federais (Fundef e Fundeb). Há, portanto, um alinhamento entre a precarização da oferta pública e o avanço de soluções privatistas, que se tornam respostas rápidas (mas não

sustentáveis) à crise da educação pública. Tomou-se como ponto de partida o novo financiamento da educação pública no Brasil, desenhado após a instituição do FUNDEF³.

Thereza Adrião, Raquel Borghi e Cássia A. Domiciano (2010) tratam em seu trabalho sobre as tendências de privatização mais recentemente verificadas no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental, as quais são identificadas por duas modalidades: a subvenção pública a instituições privadas e a elaboração de políticas educativas para a esfera pública pelo setor privado.

Adrião *et al.*, (2016) realizou um estudo com base em fontes primárias, fundamentalmente documentos oficiais e institucionais, e em entrevistas com gestores municipais, a atuação de cinco grupos empresariais em redes municipais de educação básica.

Quanto ao trabalho de Fonseca e Namem (2016), retrata sobre a relevância da análise e utilização dos dados do INEP para nortear o entendimento e melhorias na educação brasileira. As autoras Garcia e Adrião (2018) reuniram em seu livro várias teses que tratam sobre as três dimensões da privatização da educação pública.

Adrião (2018) realizou um estudo sobre a literatura nacional e internacional disponível entre 1990 a 2014 e em fontes primárias relativas aos processos de privatização da educação obrigatória em diversos contextos. A mesma autora publicou um outro trabalho no mesmo ano tratando especificamente sobre a transferência da gestão da educação pública (Adrião, 2018).

Por conseguinte, o quadro 2 apresenta sete produções mais recentes que demonstram a intensificação dos processos privatizantes na educação básica, com destaque para estudos aplicados diretamente à realidade do estado do Piauí

³ FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) foi um fundo de natureza contábil criado em 1996 para financiar o ensino fundamental e valorizar os professores. Este fundo era composto por recursos de estados, municípios e União, destinados à educação básica pública. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>> Acesso em: 06 abr. 2025.

Quadro 2 - Artigos e trabalhos entre 2020 a 2023.

AUTORES	TÍTULO	REVISTA/PUBLICAÇÃO	ANO
Samara O. Silva, Theresa Adrião, Luciane Almeida	Panorama Geral do Financiamento da Educação na Rede Estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil.	FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação	2020
Tauana Silva, Samara Silva,	Oferta educacional na rede estadual de Educação do Piauí: Desafios para a garantia do direito à Educação Pública.	Simpósio de Produção Científica, Teresina, Piauí.	2020
Samara Silva	Atores privados na oferta educativa na rede pública estadual de educação do Piauí.	Anais	2021
Theresa Adrião; Selma Venco.	A corrosão da educação pública no Brasil: privatizações e precariedades.	Utopía y Praxis Latinoamericana	2022
Jaqueline P. Evangelista; Maria Medeiros; Mírian Camara; Robson Lopes.	O setor privado na educação básica brasileira: espaços e mecanismos de participação.	Revista Humanidades e Inovação	2022
Marilene Santos; Antônio Neto-Mendes	Processos de Privatização da Educação Pública: Uma Revisão Sistemática da Literatura.	Arquivos Analíticos de Políticas Educativas	2022
Daniel S. Braga, Cecília C. De Miranda	Escolas Invisibilizadas: desigualdades nas condições de oferta e limites dos instrumentos de políticas públicas.	Ensaio: aval. Pol. Púb. Educ.	2023

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Autores como Silva, Adrião e Almeida (2020) e Silva e Silva (2020) aprofundam a análise sobre como o financiamento educacional tem favorecido a entrada de atores privados na rede pública estadual do Piauí, especialmente através de programas, convênios e parcerias que terceirizam processos pedagógicos.

Adrião e Venco (2022) ampliam a discussão ao relacionar privatização e precarização do trabalho docente, reforçando que os impactos não se limitam à gestão, mas afetam também as condições de trabalho e a qualidade pedagógica. Outros estudos, como Evangelista *et al.*, (2022) e Santos e Neto-Mendes (2021), fazem uma revisão sistemática, indicando que a privatização é um fenômeno generalizado em todo o país, com diferentes intensidades e formatos.

Silva, Adrião e Almeida (2020) realizaram um estudo de investigação do financiamento da educação na rede estadual do Piauí, destacando a composição das

receitas, a aplicação de recursos de impostos e transferências em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) e o movimento do FUNDEB⁴, de 2007 a 2017.

As autoras Silva e Silva (2021) realizaram um estudo no qual analisaram a configuração da oferta educacional do Piauí entre os anos de 2015 a 2019, a partir de dados quantitativos do Censo/IBGE e microdados do INEP. A autora Silva (2021) analisou em seu trabalho sobre os atores privados na adoção de programas/projetos implementados na política educacional da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC/PI).

Adrião e Venco (2022) discorrem sobre dois elementos constitutivos das políticas educacionais brasileiras - privatização e precariedade nas relações de trabalho— em cinco redes de ensino de governos subnacionais a partir de uma pesquisa documental entre o período 2011 a 2018.

Evangelista *et al.*, (2022) retratam em seu trabalho sobre a presença do setor privado na oferta da Educação Básica brasileira, apresentando dados quantitativos de sua participação e perspectivas, tanto dos interesses do setor privado, quanto de abordagens críticas sobre o tema. Os autores Santos e Neto-Mendes (2022) o apresenta de uma revisão sistemática da literatura de artigos científicos tendo por base o termo “privatização” associado a “educação” e a “escola pública”.

Braga e Miranda (2023) retratam sobre como o desenho do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) pode resultar em exclusão das escolas públicas de Ensino Fundamental não participantes de políticas públicas educacionais, e em invisibilidade quanto aos seus resultados de aprendizagem a partir da exploração do Censo Escolar e do Saeb em diálogo com a literatura da área. Ademais, os referentes trabalhos foram utilizados para embasamento da nossa pesquisa.

Em síntese, os quadros 1 e 2 revelam uma linha de continuidade e aprofundamento da privatização da educação pública brasileira, especialmente a partir dos anos 2000 e de forma mais intensa na década de 2020:

- Nota-se que a pesquisa acadêmica acompanha a evolução do fenômeno, mas também denuncia seus efeitos. Desde a adoção de sistemas privados de

⁴ FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação é um fundo financeiro que tem como objetivo principal garantir a manutenção e desenvolvimento da educação básica no Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/fundeb>> Acesso em: 06 abril 2025.

ensino até a gestão compartilhada e a comercialização de pacotes pedagógicos, há uma crescente presença do setor privado na definição dos rumos da escola pública.

- De forma preocupante, a análise mostra que o avanço da privatização ocorre, muitas vezes, não como política declarada, mas como uma “solução técnica” às deficiências estruturais do Estado, naturalizando práticas como o apostilamento, as consultorias privadas e as terceirizações.
- No contexto específico do Piauí, o aumento dessas práticas é visível, refletindo tanto uma fragilidade no financiamento público quanto uma priorização de soluções de mercado sobre políticas de fortalecimento da educação pública.
- A análise também aponta um paradoxo: ao mesmo tempo em que as taxas de matrícula e de permanência escolar são apresentadas como indicadores de eficiência, observa-se uma retração do número de alunos na rede pública e uma dependência crescente de soluções privatizadas, o que pode agravar as desigualdades educacionais a médio e longo prazo.

Portanto, os quadros 1 e 2 demonstram que, embora a produção acadêmica cumpra um papel fundamental na denúncia e no mapeamento do avanço privatista, a resistência ainda precisa ser fortalecida no campo das políticas públicas e da sociedade civil, sob risco de uma descaracterização progressiva da educação pública como direito social.

SEÇÃO 3

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A Seção 3 apresenta o referencial teórico construído a partir da análise da produção acadêmica sobre a privatização da educação básica no Brasil. São discutidos os conceitos, as principais formas de privatização, seus impactos na gestão, na oferta e no currículo da escola pública. A partir do levantamento de artigos e trabalhos acadêmicos, realiza-se um mapeamento crítico sobre como esse processo vem sendo analisado por diferentes autores, evidenciando tanto a sua expansão quanto suas contradições no contexto educacional brasileiro.

3.1 Privatização na educação pública

A privatização da Educação Básica, de acordo com Adrião (2018), vem se materializando no Brasil a partir do final do século XX, período no qual o termo ‘Privatização’ passou a ser utilizado no lugar de mercantilização, no qual compreende as medidas que a educação obrigatória se tem subordinado, direta ou indiretamente, aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas. Adrião (2009, p.10) ressalta ainda, que “grupos empresariais do campo educacional alteram a estratégia para inserção e ampliação de sua presença no “mercado de vagas”.

Nesse sentido, Adrião (2018, p.11-12) esclarece sobre as três dimensões em que ocorre a privatização da educação, sendo elas:

A primeira dimensão privatização da oferta educacional, operacionaliza-se por meio de três formas: financiamento público, aumento das matrículas em estabelecimentos particulares e introdução de políticas ou programas de escolha parental. O financiamento público à educação privada, por sua vez, viabiliza-se, de acordo com o inventariado, por meio de três mecanismos: introdução de sistemas de bolsas de estudos; implantação de convênios ou contratos entre esferas governamentais e setor privado e presença de mecanismos de incentivos fiscais para a escola privada, como dedução de impostos ou renúncia fiscal [...].

A segunda dimensão refere-se à Privatização da gestão da educação que trata sobre a gestão e administração como equivalentes em seu sentido geral: tomada de decisão sobre recursos e processos adequados para os objetivos educacionais estabelecidos, de modo que a privatização da gestão da educação pública refere-se à subordinação ao setor privado dos processos relativos à definição dos meios e dos fins desta educação [...].

A última dimensão refere-se à Privatização do currículo. Trata-se de processos pelos quais o setor privado determina para escolas, redes ou

sistemas públicos os desenhos curriculares, seja por meio de assessorias, de oferta de tecnologias educacionais e demais insumos curriculares, seja ainda por meio dos Sistemas Privados de Ensino (SPE).

Embora a C/F (88) garanta como direito o acesso à educação gratuita, apresentando um modelo federativo e delegando aos governos subnacionais (26 Estados, um distrito Federal e aos municípios) a responsabilidade pela efetivação da educação em sua etapa obrigatória, sendo dos 04 aos 17 anos, que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (Brasil, 1988; Adrião; Venco, 2022).

Contudo, a educação é ‘livre a iniciativa privada’, no qual Adrião (2018, p.12) esclarece que “objetivamente significa a possibilidade de criação de escolas, por pessoa jurídica de direito privado”. Em consonância, Evangelista et al. (2022, p.310) explana que a oferta educacional pela iniciativa privada deve atender “o cumprimento das normas gerais da educação nacional, com autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”. Nesse sentido, apesar da Constituição delegar obrigatoriedade ao Estado e Municípios o dever de fornecer uma educação básica de qualidade, tem sido observado consideravelmente o crescimento do setor privado na oferta da educação.

Evangelista *et al.*, (2022, p.317) ainda esclarece que os interesses do mercado na busca de lucro quanto “à participação da iniciativa privada na Educação Básica não se restringem exclusivamente à oferta direta do ensino (matrículas em instituições privadas)”. Segundo os autores supracitados:

A comercialização de equipamentos, metodologias e ferramentas que se apresentam como soluções educacionais para as redes públicas, constituem uma importante vertente de inserção privada na educação pública, espaços estes, onde empresas disputam pela oferta desses produtos e serviços (Evangelista *et al.*, 2022, p.317).

Ademais, visto que o setor privado tem ganhado notoriedade no cenário educacional brasileiro, o presente trabalho visa analisar de que forma isto tem-se apresentado no Estado do Piauí, quanto a oferta educacional.

3.2 Oferta Educacional do Piauí

De acordo com Sousa e Moura (2023, p.10) “a política educacional brasileira revelou a existência de um amplo processo de reformas resultantes de mudanças no padrão de acumulação da sociedade capitalista”. De acordo com os mesmos autores, essas reformas trouxeram “transformações para a estrutura, organização e funcionamento da educação básica, a partir da segunda metade da década de 1990” (Sousa; Moura, 2023, p.10).

O estado do Piauí insere-se nesse movimento no contexto de suas especificidades socioeconômica e política. Nesse sentido, Oliveira e Duarte (1997, p.97) retratam que a rede estadual do Piauí passou por uma reforma ainda nos anos de 1991, a partir da qual diversas medidas de cunho privatizador foram tomadas, sobretudo no que se refere à privatização nos processos de gestão educacional, com medidas aparentemente próximas à endoprivatização, tais como instituição de instrumentos de pagamento de profissionais por produtividade (bonificação).

Visto que, a LDB de 1996 propôs uma descentralização na oferta educacional, Sousa e Moura (2023, p.12) retratam que através da descentralização das responsabilidades nesse setor, o Piauí tenha “terceirizado” parte do planejamento e da implementação de processos pedagógicos importantes para a iniciativa privada”. Segundo os mesmos autores, “as ações propostas nessas parcerias destinam-se a áreas bastantes vulneráveis da realidade educacional do estado, como a alfabetização e o ensino médio” (Sousa; Moura, 2023, p.12).

Outro ponto discutido por Sousa e Moura (2023, p.12) quanto a descentralização, é “o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais por meio das quais o governo do estado compartilha responsabilidades”. De acordo com os autores,

podemos citar o firmamento de parcerias com: o Instituto Natura e a Comunidade Educativa Cedac (2012), que resultou na implantação do Projeto Trilhas; o Instituto ProBem e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2010), por meio da execução do Programa Palavra Criança; o Instituto Ayrton Senna (2013), com os programas Se Liga, Acelera Brasil e Gestão Nota 10; e o Instituto Unibanco (2015), com o programa Jovem do Futuro². Tais iniciativas estavam fundamentadas na perspectiva de uma gestão do processo educativo que descentraliza não apenas

responsabilidades, mas também os processos pedagógicos, oferecendo a essas instituições de caráter privado a possibilidade de definirem as propostas didático-pedagógicas que comporiam a educação do público atendido pelos programas. Ou seja, o governo do estado seguiu beneficiando a iniciativa privada mediante recursos públicos e ainda possibilitou sua participação na definição das políticas educacionais (Sousa;Moura, 2023, p.12).

Nesse sentido, com base na literatura observa-se que, embora de acordo com a legislação o estado do Piauí deva ser responsável pela oferta educacional, observa-se que o mesmo apresenta parcerias públicos-privadas.

3.3 Matrículas e taxas de correção de fluxo na educação do Piauí

O sistema de Ensino abrange quatro dependências administrativas: estadual, federal, municipal e privada. De acordo com a Secretaria de Educação do Piauí (2023), a Rede Estadual de Educação do Piauí é composta atualmente por 838 unidades de ensino, sendo (14,7%) do total de escolas de educação básica.

No estado do Piauí, a educação infantil (creche e pré-escola) é ofertada por meio das redes federal, municipal e privada. Visto que, o acesso à educação infantil, especialmente à creche, tem sido uma das preocupações das políticas educacionais no Brasil. Nos últimos anos, o número de matrículas nessa etapa cresceu significativamente, impulsionado por programas de ampliação da oferta e pela crescente demanda das famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade.

Segundo dados do Censo Escolar, o país tem avançado na inclusão de crianças de 0 a 3 anos em creches, mas ainda enfrenta desafios para atingir a meta do Plano Nacional de Educação (PNE)⁵, que prevê a matrícula de pelo menos 50% dessa população até 2024 (Brasil, 2014).

Para o Ensino Fundamental, o governo do Piauí regulamentou o Fundef através da lei PL nº 4.998/1997, proporcionando que esse fundo começasse a vigorar em 1998, no qual Sousa e Moura (2023, p.10) discute que “representaria uma possibilidade de avanço na oferta da educação no estado, embora fossem limitadas ao ensino fundamental”. Sales e Silva (2013) realizaram um estudo sobre o histórico

⁵O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. PNE disponível em: <https://pne.mec.gov.br/?utm_source=chatgpt.com>. Acesso em: 25 mar. 2025.

das matrículas do Ensino Fundamental para o estado do Piauí, no qual discutem que houve disputa por alunos, envolvendo as redes municipais e estaduais.

Para o Ensino Médio, de acordo com Costa (2013), a formação que prevalece foi o regular, sendo de educação geral ou não profissionalizante, realizada e oferecida majoritariamente em escolas públicas estaduais. Contudo, de acordo com Seduc (2023), nos últimos anos houve crescimento nas matrículas do Ensino Médio Integral, conhecido como o novo Ensino Médio.

Ademais, quanto aos dados da taxa de fluxo, Souza *et al.*, (2012, p.6) retrata que no Brasil, os problemas relacionados ao fluxo escolar na educação básica são discutidos a muito tempo. Segundo os mesmos autores, no final dos anos 1980 havia relativo consenso de que a evasão escolar era a grande mazela do sistema educacional brasileiro, responsável pela baixa frequência à escola nos primeiros anos do ensino fundamental (Souza *et al.*, 2012).

Lopes (2022, p.7) discute que as taxas de rendimento escolar ou fluxo escolar são “instrumentos de avaliação que permite acompanhar o desempenho de alunos e instituições de ensino, por meio dos índices de aprovação, reprovação e abandono”. Esses dados, especificamente os dois últimos, são de grande relevância pois estão relacionados ao fracasso escolar. No entanto, especificamente no caso do estado do Piauí, não foram encontrados, na literatura consultada, estudos que abordem de forma aprofundada as taxas de fluxo escolar, o que evidencia a importância de investigações nessa área.

SEÇÃO 4

A OFERTA EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO PIAUÍ: ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção é dedicada à apresentação e análise dos dados referentes à oferta educacional na rede pública do estado do Piauí, considerando os indicadores de matrícula, taxas de aprovação, reprovação e abandono escolar. A análise contempla também os impactos das práticas de privatização no contexto estadual, dialogando com os dados quantitativos com os referenciais teóricos sobre a temática. O objetivo é compreender como os processos de gestão e financiamento da educação pública no Piauí afetam a efetivação do direito à educação.

4.1 A Oferta Educacional na Rede Pública de Ensino no Brasil e no Piauí: Desafios Estruturais, Econômicos e Sociais

A oferta educacional na rede pública de ensino no Brasil, particularmente no estado do Piauí, deve ser analisada a partir da compreensão das condições estruturais, econômicas e sociais que historicamente moldaram as desigualdades regionais no país. O acesso, a permanência e a qualidade da educação pública no Piauí estão diretamente relacionadas aos desafios de financiamento, gestão e implementação de políticas públicas que garantam o direito à educação. Ao analisar as matrículas públicas e privadas para as diferentes etapas da educação básica em sua oferta regular na série histórica entre 2007-2023 a partir de dados disponibilizados no site do INEP para o estado do Piauí. A tabela 1 apresenta a distribuição de matrículas por etapas de ensino.

Tabela 1 - Matrículas por etapa de ensino no estado do Piauí.

	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2007	129.397	628.299	181.772
2008	132.330	619.729	185.710
2009	135.830	609.593	178.778
2010	129.588	581.204	167.418
2011	131.467	566.315	162.027
2012	132.282	550.242	155.998
2013	84.798	403.001	109.171
2014	137.763	519.819	137.773
2015	134.348	506.726	142.843
2016	136.975	497.338	142.710
2017	140.475	488.300	141.248
2018	143.362	480.126	135.125
2019	147.464	470.183	128.797
2020	142.658	458.077	125.788
2021	143.291	459.871	132.544
2022	148.647	452.465	131.808
2023	159.341	439.111	128.628

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

Observa-se que a Educação Infantil apresentou crescimento significativo, com aumento de aproximadamente 23% no período, mesmo com uma queda abrupta em 2013. Por outro lado, tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio apresentaram tendência de queda, especificamente nos últimos 5 anos.

No presente trabalho foi analisado também o número de matrículas por dependência administrativa em cada etapa de ensino, no qual a Tabela 2 apresenta sobre a oferta da educação infantil, no qual é possível observar que a oferta educacional em creches e pré-escolas pela rede estadual entre os anos de 2007 a 2012, período em que, segundo Sales e Silva (2013, p.1298) estava “em vigência o FUNDEF e os primeiros anos de vigência do FUNDEB”, que a partir de 2007, estes fundos alteraram a lógica de financiamento da educação nos Estados, Municípios e no Distrito Federal, havendo assim a municipalização da educação.

Tabela 2 - Matrículas na Educação Infantil por Dependência Administrativa.

	Creche				Pré-Escola			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	10	98	21.251	3.269	-	839	83.429	20.501
2008	-	37	23.173	3.086	14	1.194	85.407	19.419
2009	77	39	25.719	3.246	-	680	87.138	18.931
2010	-	96	26.664	2.782	46	207	81.496	18.297
2011	66	37	28.114	2.832	-	85	81.792	18.541
2012	-	66	30.723	3.665	79	5	80.027	17.717
2013	-	-	31.531	4.691	57	-	82.469	18.053
2014	-	-	34.171	5.320	30	-	78.771	19.471
2015	-	-	32.274	6.697	-	-	76.887	18.490
2016	-	-	34.879	7.153	-	-	77.063	17.880
2017	-	-	40.257	6.798	-	-	76.514	16.906
2018	-	-	43.922	7.341	-	-	75.790	16.309
2019	-	-	46.258	7.758	-	-	77.153	16.295
2020	-	-	43.273	6.614	-	-	78.772	13.999
2021	-	-	49.045	4.424	-	-	78.416	11.406
2022	-	-	51.109	7.806	-	-	75.976	13.756
2023	-	-	57.247	7.955	-	-	79.012	15.127

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

Ressalta ainda, que o atendimento educacional privado apresentou crescimento significativo em creches ao longo dos anos, enquanto na pré-escola ao longo dos anos houve diminuição.

Apesar do crescimento, o acesso à educação infantil ainda é desigual, refletindo disparidades regionais e socioeconômicas. Enquanto estados do Sudeste e do Sul apresentam taxas mais altas de atendimento, regiões como o Norte e o Nordeste ainda enfrentam dificuldades para ampliar a oferta (Adrião, Borghi; Domiciano, 2010). Além disso, famílias de baixa renda encontram mais obstáculos para conseguir vagas em creches públicas, uma vez que a oferta é limitada e a demanda supera a capacidade instalada. Essa situação reforça a necessidade de

investimentos contínuos na construção de novas unidades e na melhoria das condições de funcionamento das escolas existentes.

O financiamento e a gestão da educação infantil também são desafios para os municípios, que são responsáveis pela oferta desse serviço. A ampliação do número de matrículas depende não apenas da construção de novas unidades, mas também da contratação de profissionais qualificados e da garantia de infraestrutura adequada. Iniciativas como o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)⁶ têm sido fundamentais para expandir a rede, mas a execução desses projetos muitas vezes esbarra em dificuldades burocráticas e na falta de recursos suficientes.

Para garantir o avanço na universalização do acesso à educação infantil, é essencial fortalecer as políticas públicas voltadas à primeira infância, assegurando investimentos sustentáveis e estratégias que reduzam as desigualdades regionais. A ampliação das parcerias entre os setores público e privado, bem como a valorização dos profissionais da educação infantil, são caminhos fundamentais para oferecer um atendimento de qualidade. Além disso, o monitoramento contínuo dos indicadores educacionais é crucial para avaliar os avanços e ajustar as estratégias conforme as necessidades da população.

A oferta educacional para o Ensino Fundamental distribuídos por dependência administrativa no período de 2007 a 2023, revela tendências significativas no processo da oferta educacional no Brasil. Conforme demonstrado na Tabela 3, os municípios assumem a maior parte da oferta educacional nesse nível de ensino ao longo de toda a série histórica.

Em 2007, a rede municipal concentrava aproximadamente 448 mil matrículas, enquanto a estadual registrava cerca de 125 mil. Já a rede federal, com apenas 92 matrículas, e a rede privada, com pouco mais de 53 mil, representavam parcelas mínimas no contexto analisado. Ao longo dos anos, observa-se uma queda expressiva nas matrículas estaduais, que diminuíram para cerca de 27 mil em 2023, uma redução de mais de 78%. Em contrapartida, a rede municipal manteve-se como a principal

⁶ O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/proinfancia?utm_source=chatgpt.com.

responsável pela oferta, ainda que com leve retração ao longo do tempo, atingindo cerca de 346 mil matrículas em 2023 (Tabela 3).

Tabela 3 - Total das Matrículas do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.

	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	92	125.672	448981	53554
2008	55	122.659	438994	58021
2009	22	116.773	432192	60606
2010	26	106.259	413487	61432
2011	10	98.593	403712	64000
2012	57	-	114000	22744
2013	-	54.448	405874	64957
2014	-	55.585	398277	65957
2015	-	49.799	390534	66393
2016	-	45.491	384140	67707
2017	-	41.124	380869	66307
2018	-	38.140	373901	68175
2019	-	35.499	365528	69190
2020	-	34.026	360394	63657
2021	-	32.102	368285	59484
2022	-	28.018	361059	63388
2023	-	27.454	345924	65733

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

A rede privada apresentou um leve crescimento no mesmo período, passando de 53 mil para aproximadamente 65 mil matrículas. Já os dados da rede federal, praticamente inexistentes após 2012, sugerem que esse ente não atua de forma significativa na educação fundamental, concentrando sua presença em outros níveis, como o ensino técnico e superior.

Esses dados evidenciam o movimento de municipalização da educação, impulsionado pelas mudanças legais estabelecidas a partir da década de 1990. Com base na Constituição Federal de 1988 e na LDB (Lei nº 9.394/1996), a responsabilidade pelo ensino fundamental passou a ser compartilhada, mas com prioridade atribuída aos municípios. A reorganização das redes estaduais e os incentivos financeiros do Fundeb contribuíram para essa transição, consolidando os municípios como os principais gestores da educação fundamental, especialmente nos anos iniciais.

A análise da oferta educacional nas diferentes dependências administrativas do ensino médio entre os anos de 2007 a 2023 revela importantes tendências sobre a participação da iniciativa privada na educação brasileira. Com base nos dados de

matrícula apresentados na tabela 4, observa-se uma redução significativa no número de estudantes matriculados na rede privada, o que evidencia um movimento contrário à ampliação da privatização nesse nível de ensino.

Em 2007, a rede privada contabilizava 19.025 matrículas no ensino médio. Esse número representava uma parcela relevante da oferta educacional, embora menor que a da rede estadual, historicamente responsável pela maior parte das vagas no país. A partir desse ponto, os dados mostram uma redução contínua nas matrículas privadas: em 2010, eram 16.991; em 2015, 16.336; e em 2020, o total caiu para 13.218. Ao final da série, em 2023, o número de matrículas na rede privada chegou a 13.246, evidenciando uma queda de mais de 30% em relação a 2007.

Essa diminuição pode estar associada a diversos fatores. Primeiramente, o contexto econômico do país teve impacto direto na capacidade das famílias de arcar com os custos do ensino privado. Crises econômicas, como a iniciada em 2015, e os efeitos da pandemia de COVID-19 a partir de 2020, pressionaram os orçamentos familiares, levando muitos alunos a migrarem para a rede pública.

Tabela 4 - Total das Matrículas do Ensino Médio por Dependência Administrativa

	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	2.295	157.086	3.366	19.025
2008	2.507	161.980	3.076	18.147
2009	2.920	155.276	2.813	17.769
2010	3.396	144.803	2.228	16.991
2011	3.998	138.277	1.660	18.092
2012	4.125	132.492	1.171	18.210
2013	4.308	125.196	818	17.828
2014	4.375	115.613	298	17.487
2015	5.058	121.344	105	16.336
2016	5.345	121.121	171	16.073
2017	5.827	119.936	229	15.256
2018	5.847	114.247	331	14.700
2019	6.301	107.916	247	14.333
2020	6.907	105.288	375	13.218
2021	7.407	111.412	309	13.416
2022	7.883	110.635	-	13.290
2023	8.671	106.711	-	13.246

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

Além disso, políticas públicas voltadas à expansão da rede estadual e ao fortalecimento da qualidade da educação pública podem ter contribuído para a redução da demanda por escolas privadas. Enquanto a rede privada recuava, a rede federal, por exemplo, teve crescimento expressivo no número de matrículas, passando de 2.295 em 2007 para 8.671 em 2023.

Outro dado relevante é o desaparecimento quase completo da rede municipal no ensino médio, que contava com 3.366 matrículas em 2007 e deixou de registrar esse atendimento a partir de 2022. Isso reforça a centralização do ensino médio nas redes estadual e federal, e mostra que, apesar da presença da rede privada, sua participação relativa vem diminuindo.

Para o presente trabalho foi analisado também dados da taxa de fluxo quanto ao abandono, aprovação e reprovação nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio por dependência administrativa, visto que analisar os dados da taxa de fluxo em conjunto com o número de matrículas é relevante para compreender a dinâmica da permanência escolar e seus impactos no sistema educacional. Nesse sentido, quanto à taxa de abandono escolar para o Ensino Fundamental, observa-se uma redução significativa em todas as redes, com destaque para a municipal, cuja taxa caiu de 6,1% em 2007 para apenas 0,6% em 2023, de acordo com a tabela 5.

Tabela 5 - Taxas de Abandono do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.

	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	X	7.9	6.1	0.6
2008	4	7.9	5.7	0.4
2009	10	7.9	5.7	0.4
2010	4	4.5	4	0.3
2011	10	4.1	3.4	0.5
2012	X	5.3	3.6	0.3
2013	X	4.7	2.9	0.3
2014	X	5.5	3.1	0.2
2015	X	4.8	2.6	0.2
2016	X	5.3	2.6	0.1
2017	X	5.3	2.1	0.1
2018	X	4.7	1.9	0.1
2019	X	2.9	1.3	0.3
2020	X	3.7	1.5	1.7
2021	X	2.4	1.4	0.3
2022	X	3.4	1.4	0.2
2023	X	0.8	0.6	0.1

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

A rede estadual, que começou com uma das maiores taxas (7,9%), também reduziu drasticamente o abandono para 0,8% em 2023, mesmo com a forte queda no número de matrículas. A rede privada, que historicamente apresenta os menores índices de abandono, manteve-se abaixo de 1% durante quase todo o período, refletindo maior estabilidade e permanência dos alunos.

Essa correlação entre diminuição no número de matrículas e queda nas taxas de abandono, especialmente nas redes pública estadual e municipal, pode indicar melhorias em políticas de permanência escolar e/ou mudanças demográficas e de demanda. Além disso, o aumento da participação da rede privada até certo ponto sugere uma possível migração de parte dos alunos, talvez influenciada por programas de incentivo, bolsas ou mudanças no perfil socioeconômico da população.

Para complementação da análise das taxas de fluxo, foi avaliado também dados de aprovação e reprovação para o ensino fundamental na série histórica analisada, correlacionando por dependência administrativa. Porquanto, é possível observar uma evolução significativa nas taxas de aprovação e reprovação no ensino fundamental entre os anos de 2007 e 2023, considerando as diferentes dependências administrativas (federal, estadual, municipal e privada), conforme apresenta as Tabelas 6 e 7.

Tabela 6 - Taxas de Aprovação do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	72	148,5	152,6	188,1
2008	80,8	149,5	153,8	187
2009	-	157,4	159,9	188,6
2010	96	162,4	162,9	188,9
2011	70	162	164,9	189,1
2012	95	160,7	162,8	189,5
2013	-	163	167,5	189,4
2014	-	164,7	165,5	189,1
2015	-	166,2	169,8	190,9
2016	-	171,6	168	191,7
2017	-	171,1	174,4	192,5
2018	-	169,6	174,5	193,2
2019	-	178,4	182,1	193,9
2020	-	192,7	195,5	194,6
2021	-	196,1	194,4	196,9
2022	-	194,4	185,3	196,1
2023	-	196	192,9	197,2

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

A rede estadual, que concentra um número expressivo de matrículas, apresentou avanços consistentes: a taxa de aprovação subiu de 148,5 em 2007 para 196 em 2023, enquanto a taxa de reprovação caiu de 17,8% para apenas 0,8% no mesmo período (Tabela 7). Esse movimento demonstra esforços efetivos de melhoria na qualidade da educação e na retenção dos alunos.

Rede Municipal: Geralmente apresenta taxas de aprovação mais altas nos anos iniciais, mas pode sofrer com desigualdades entre municípios, baixa formação docente e infraestrutura limitada. Na Rede Estadual as taxas tendem a ter taxas de aprovação mais baixas no Ensino Fundamental II, refletindo problemas como evasão, distorção idade-série e falta de políticas eficazes de permanência e na Rede Privada: Em geral, apresenta índices elevados de aprovação, o que reflete tanto a seletividade socioeconômica quanto condições estruturais mais favoráveis. Já na Rede Federal: Taxas de aprovação tendem a ser altas, mas com uma representatividade estatística pequena no Ensino Fundamental.

Tabela 7 - Taxas de Reprovação do Ensino Fundamental por Dependência Administrativa.

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	25,8	17,8	17,6	5
2008	19,2	17,4	17,4	5,8
2009	-	15,2	15,3	5,1
2010	-	14,5	14,1	4,9
2011	20	15,4	13,5	4,6
2012	5,3	15,2	14,4	4,7
2013	-	16,3	12,5	4,6
2014	-	13,7	13,4	4,8
2015	-	13,9	11,9	4
2016	-	13,1	12,7	3,6
2017	-	12	10,2	3,3
2018	-	13,5	10,3	2,9
2019	-	10,6	7,3	2,5
2020	-	0,5	0,6	1,1
2021	-	0,1	1,3	1,2
2022	-	1,2	5,7	1,6
2023	-	0,8	2,7	1,2

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

Na rede municipal, que também detém a maioria das matrículas, o cenário é semelhante: a aprovação aumentou de 152,6 para 192,9, e a reprovação caiu de

17,6% para 2,7%. Esses dados sugerem que as redes públicas municipais adotaram políticas de progressão escolar e de combate à evasão, que impactaram positivamente os resultados.

A rede federal, apesar de representar um número pequeno de matrículas, teve variações mais acentuadas. A taxa de aprovação, inicialmente baixa (72 em 2007), oscilou, mas chegou a 95 em 2012 e não teve dados registrados nos anos seguintes. Já a taxa de reprovação, que era 25,8% em 2007, caiu drasticamente para 0% a partir de 2021, refletindo uma melhora expressiva na gestão do ensino fundamental dessa esfera.

Por fim, a rede privada manteve um padrão de excelência ao longo do tempo, com altas taxas de aprovação (de 188,1 em 2007 para 197,2 em 2023) e baixas taxas de reprovação, que ficaram abaixo de 5% durante toda a série histórica, chegando a 1,2% em 2023. Isso confirma o perfil tradicional da rede privada de menor repetência e maior controle do desempenho escolar.

No que diz respeito à taxa de abandono escolar para Ensino Médio, nota-se uma redução expressiva em todas as redes, principalmente na estadual, que caiu de um alarmante 21,4% em 2007 para apenas 2,2% em 2023, conforme demonstra a tabela 8.

Tabela 8 - Taxas de Abandono do Ensino Médio por Dependência Administrativa

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	6	21.4	15.8	2.5
2008	4.4	24.7	16.8	1.5
2009	4.5	22.7	13.2	1.3
2010	2.9	18.8	18.9	1
2011	2.8	17.8	13.8	1
2012	4.9	19.2	18.6	0.8
2013	2.6	15.5	16.4	0.8
2014	2.4	16	24.2	0.5
2015	7.2	13.5	1.9	0.5
2016	5.1	11.6	16.1	0.3
2017	3.2	10.9	1.3	0.5
2018	2.9	10.4	8.2	0.4
2019	2.2	8.3	x	0.6
2020	2	6	20.6	0.7
2021	0.9	5.2	17.6	0.6
2022	1	9.2	x	0.4
2023	0.2	2.2	x	0.3

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

Essa queda coincide com a diminuição no número de matrículas, o que pode indicar que as redes estão mantendo mais estudantes até a conclusão do curso, ainda que com uma base estudantil menor. A rede federal, por sua vez, reduziu sua já moderada taxa de abandono de 6% em 2007 para apenas 0,2% em 2023, revelando grande eficácia na permanência escolar, o que pode estar relacionado à maior seletividade e estrutura dessas instituições.

A rede privada manteve-se com os menores índices de abandono durante todo o período, ficando consistentemente abaixo de 1%, o que reflete estabilidade e menor evasão, possivelmente em função de fatores como perfil socioeconômico dos alunos, acompanhamento mais próximo e condições estruturais favoráveis. Já a rede municipal, embora pouco representativa em número de matrículas, teve taxas de abandono bastante instáveis, com picos expressivos em alguns anos (como 24,2% em 2014 e 20,6% em 2020), sugerindo vulnerabilidade institucional.

Ao analisar as taxas de aprovação e reprovação no Ensino Médio por dependência administrativa entre 2007 a 2023, observa-se que a rede privada manteve os melhores indicadores de desempenho ao longo do período. Suas taxas de aprovação sempre superaram os 89%, com um crescimento constante até alcançar 96,9% em 2023, conforme apresenta a Tabela 9.

Tabela 9 - Taxas de Aprovação do Ensino Médio por Dependência Administrativa

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	82,3	68,8	75,40	89,10
2008	85,6	66,4	75,20	90,40
2009	87,8	68,8	76,20	90,80
2010	85,9	71,9	70,80	91,00
2011	83,1	72,2	80,40	92,40
2012	82,6	72,4	76,90	92,00
2013	80,9	75	78,10	93,00
2014	83,3	75,3	69,20	92,60
2015	79	78,7	81,40	93,50
2016	77	79,4	70,20	94,10
2017	80,1	81,5	74,20	94,60
2018	80,4	80,7	80,60	94,70
2019	86	83,3	89,30	95,30
2020	83,7	93,6	74,30	98,30
2021	83,9	94,6	77,70	97,80
2022	92,6	89,6	-	96,50
2023	94,5	96,7	-	96,9

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

A reprovação, por outro lado, manteve-se baixa, geralmente abaixo de 5%, chegando a apenas 2,8% em 2023. Isso indica um sistema de ensino mais estruturado, com recursos e acompanhamento pedagógico mais eficazes (Tabela 10).

Tabela 10 - Taxas de Reprovação do Ensino Médio por Dependência Administrativa

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	11,7	9,8	8,8	8,4
2008	10	8,9	8	8,1
2009	7,7	8,5	10,6	7,9
2010	11,2	9,3	10,3	8
2011	14,1	10	5,8	6,6
2012	12,5	8,4	4,5	7,2
2013	16,5	9,5	5,5	6,2
2014	14,3	8,7	6,6	6,9
2015	13,8	7,8	16,7	6
2016	17,9	9	13,7	5,6
2017	16,7	7,6	24,5	4,9
2018	16,7	8,9	11,2	4,9
2019	11,8	8,4	10,7	4,1
2020	14,3	0,4	5,1	1
2021	15,2	0,2	4,7	1,6
2022	6,4	1,2	-	3,1
2023	4,6	1,1	-	2,8

Fonte: Elaboração pela autora, 2025.

A rede federal, embora represente uma parcela menor das matrículas, também apresenta altas taxas de aprovação, superando 90% nos últimos anos (94,5% em 2023), e quedas significativas na reprovação, passando de 11,7% em 2007 para apenas 4,6% em 2023. Esses números refletem o perfil mais seletivo e o padrão de qualidade da rede federal, com maior investimento por aluno.

Já a rede estadual, responsável pela maior parte das matrículas no Ensino Médio, apresenta um cenário mais instável, mas com tendência de melhora. Em 2007, a taxa de aprovação era de apenas 68,8%, com uma reprovação de 9,8%. A partir de 2015, observa-se uma melhora gradual, atingindo 96,7% de aprovação em 2023, acompanhada por uma queda expressiva da reprovação para 1,1%. Isso sugere o impacto de políticas públicas voltadas à permanência e progresso escolar, como programas de reforço e flexibilização curricular.

Por fim, a rede municipal, com dados ausentes nos anos mais recentes, apresentou oscilações ao longo dos anos analisados. Em 2017, por exemplo, teve a menor taxa de aprovação (74,2%) e a maior taxa de reprovação (24,5%), indicando

sérias dificuldades pedagógicas e estruturais. Nos anos seguintes, os dados melhoraram, com 89,3% de aprovação em 2019, mas sem dados atualizados de 2022 e 2023, não é possível confirmar se essa melhora foi mantida.

A análise revela, portanto, que embora a rede estadual ainda concentre a maioria das matrículas, as redes federal e privada apresentam melhor desempenho em termos de permanência dos alunos, o que levanta questões sobre a equidade e a qualidade na oferta pública estadual do ensino médio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo geral analisar a oferta educacional na rede pública de ensino do estado do Piauí, considerando sua relação com as taxas de matrícula, de correção de fluxo e os desafios impostos à garantia do direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Para isso, o percurso metodológico foi organizado em etapas que permitiram uma análise crítica tanto do contexto teórico quanto dos dados quantitativos relacionados à realidade educacional piauiense.

Na primeira etapa, por meio do referencial teórico, foi possível compreender que o avanço das políticas neoliberais no Brasil impacta diretamente a gestão e a organização da educação pública, intensificando processos de privatização. Estudos de autores como Laval (2004), Adrião (2018) e Fernando Cássio (2021) mostraram que esse avanço se dá não apenas pela transferência de serviços para o setor privado, mas também pela adoção de lógicas gerenciais que fragilizam o papel do Estado como garantidor dos direitos sociais, especialmente da educação.

Na segunda etapa, o levantamento da produção acadêmica sobre a privatização da educação básica no Brasil revelou que esse fenômeno é crescente, assumindo diversas formas; desde a contratação de sistemas apostilados privados até parcerias que colocam a gestão e os processos pedagógicos sob controle de instituições não estatais. Este mapeamento revelou ainda que o Piauí não está à margem desse processo, vivenciando práticas que comprometem a autonomia das escolas e colocam em risco a efetivação do direito à educação.

A análise dos dados sobre a oferta educacional no estado do Piauí, realizada na terceira etapa, apontou uma realidade marcada por contradições. Por um lado, os dados mostram avanços nas taxas de correção de fluxo, especialmente na redução do abandono e da reprovação. Por outro lado, observa-se uma diminuição significativa no número de matrículas, principalmente no ensino fundamental e médio, além de desafios estruturais, como a precarização de escolas, falta de recursos e fechamento de turmas em áreas rurais.

Ademais, os dados revelam que a precarização da oferta educacional, somada às práticas de privatização, gera impactos profundos tanto na gestão pública quanto na qualidade do ensino. Esse cenário reforça as desigualdades sociais e territoriais, dificultando o acesso, a permanência e o sucesso escolar de milhares de estudantes piauienses.

Diante desse contexto, conclui-se que a efetivação do direito à educação pública no Piauí e no Brasil de forma geral, exige o fortalecimento do financiamento público, a valorização dos profissionais da educação, a expansão da rede pública e a reversão das tendências de privatização. A educação deve ser compreendida e tratada como direito social, inalienável, universal e imprescindível para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Por fim, esta pesquisa cumpriu seus objetivos ao promover uma reflexão crítica sobre os desafios da oferta educacional no estado do Piauí, reafirmando a necessidade de resistência frente aos processos de mercantilização da educação e de fortalecimento da escola pública como espaço de formação cidadã, emancipatória e comprometida com a justiça social. Espera-se que este trabalho sirva como subsídio para outras pesquisas e para o aprofundamento dos debates em defesa de uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada e garantidora de direitos.

A taxa de fluxo de abandono escolar é um importante indicador da qualidade e da permanência dos estudantes na escola. Quando analisada em conjunto com o número de matrículas, é possível perceber como a evasão escolar impacta diretamente a continuidade da educação. Uma alta taxa de abandono tende a refletir em reduções nas matrículas nos anos seguintes, indicando que muitos alunos não estão conseguindo concluir o ciclo educacional iniciado. Isso pode ser causado por fatores como desigualdade social, falta de políticas de permanência, ensino de baixa qualidade e desmotivação. Os dados mostram uma correlação clara: o aumento das taxas de aprovação está diretamente relacionado à queda das taxas de reprovação em todas as esferas administrativa

Portanto, a redução no número de matrículas ao longo dos anos pode estar fortemente associada à persistência de elevadas taxas de abandono, o que reforça a necessidade de intervenções públicas que promovam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos na educação básica. A análise dos dados sobre a oferta educacional na rede pública do estado do Piauí revelou avanços, mas também desafios significativos que comprometem a efetivação plena do direito à educação. Os dados apontam que, embora tenham ocorrido melhorias nas taxas de correção de fluxo, especialmente na redução dos índices de reprovação e abandono escolar, a rede pública enfrenta uma preocupante diminuição no número de matrículas, particularmente no ensino fundamental e médio.

Esse cenário indica que as políticas educacionais implementadas no estado têm sido insuficientes para garantir a expansão da oferta, a permanência dos estudantes e a efetiva inclusão educacional, especialmente em regiões mais vulneráveis. A redução das matrículas reflete não apenas transformações demográficas, mas, sobretudo, fragilidades estruturais, como a insuficiência de escolas, fechamento de turmas, precarização das condições de trabalho docente e ausência de investimentos adequados.

Os dados também revelaram que, enquanto as taxas de aprovação aumentaram, persistem desafios no combate ao abandono escolar, especialmente no ensino médio, onde os índices continuam elevados. Este fator está diretamente relacionado às condições socioeconômicas dos alunos, à falta de políticas de permanência, à distância das escolas em áreas rurais e à desvalorização da educação pública.

Além disso, os dados analisados evidenciam o avanço dos processos de privatização na rede pública do estado do Piauí. Esse processo se manifesta na adoção de sistemas privados de ensino, terceirização de serviços pedagógicos e na crescente influência de empresas no fornecimento de materiais, plataformas e consultorias. Esse movimento fragiliza a autonomia pedagógica da escola pública, impõe uma lógica mercantil à educação e compromete o princípio da educação como direito social. Diante desse panorama, conclui-se que, embora haja indicadores de melhoria na correção de fluxo, a redução das matrículas e o avanço das práticas privatistas revelam uma contradição: o sistema avança na gestão dos que permanecem, mas falha na garantia do acesso universal e na expansão da rede pública. Portanto, os dados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas que garantam:

- Expansão da oferta educacional pública, com abertura de turmas e fortalecimento da rede, especialmente nas zonas rurais e periferias urbanas;
- Investimentos adequados e permanentes, assegurando estrutura, materiais, formação continuada e valorização dos profissionais da educação;
- Enfrentamento dos processos de privatização, fortalecendo a gestão pública, a autonomia pedagógica e o compromisso com uma educação socialmente referenciada.

Conclui-se que a efetivação do direito à educação pública no estado do Piauí depende, fundamentalmente, de um Estado presente, comprometido com o

fortalecimento das redes públicas e com a reversão das desigualdades estruturais que ainda marcam o território piauiense. Este trabalho reafirma, com base nos dados, que a defesa da educação pública é uma condição indispensável para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Além disso, o estudo centrou-se predominantemente na análise dos dados de matrícula, aprovação, reprovação e abandono, o que, embora relevante, não abarca outros fatores determinantes da qualidade da oferta educacional, como as condições de infraestrutura das escolas, a formação e valorização dos profissionais da educação e os investimentos em políticas de permanência.

Outra lacuna identificada diz respeito à análise específica dos impactos das práticas de privatização no cotidiano escolar, sobretudo no que se refere à adoção de sistemas apostilados, plataformas digitais privadas e consultorias educacionais. Pesquisas futuras poderiam investigar como esses processos afetam a autonomia pedagógica, o trabalho docente e os resultados de aprendizagem nas escolas públicas do Piauí.

Ademais, seria pertinente desenvolver estudos comparativos entre o estado do Piauí e outros estados da região Nordeste ou de outras regiões do Brasil, a fim de compreender como as dinâmicas de oferta educacional e os processos de privatização se manifestam em diferentes contextos socioeconômicos e geográficos.

Por fim, destaca-se a necessidade de investigações que articulem a análise dos dados educacionais com os indicadores socioeconômicos, considerando como fatores como renda, trabalho, acesso a políticas sociais e vulnerabilidade social impactam diretamente as dinâmicas de acesso, permanência e sucesso escolar.

Portanto, este trabalho abre caminho para que futuras pesquisas possam aprofundar a análise sobre a oferta educacional no Piauí, seus desafios estruturais e os impactos das políticas educacionais, contribuindo para o fortalecimento da luta em defesa de uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Educação infantil, ensino fundamental: inúmeras tendências de privatização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 285-298, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, Theresa; DAMASO, Alexandra; GALZERANO, Luciana Sardenha. A adoção de sistemas privados de ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexão a partir do perfil dos professores. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 434-460, ago. 2013.

ADRIÃO, Theresa. Indicações e reflexões sobre as relações entre esferas públicas e privadas para a oferta educacional no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 48-64, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/22531/13064>. Acesso em: 7 abr. 2025.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100113&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 out. 2024.

ADRIÃO, Theresa; KANNO, Danilo. Oferta da educação básica: estudo de matrículas públicas e privadas entre 2005-2015. In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018. p. 21-29.

ADRIÃO, Theresa; VENCO, Selma. A corrosão da educação pública no Brasil: privatizações e precariedades. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 27, n. 96, s/p., 2022.

BRAGA, Daniel Santos; MIRANDA, Cecília Coutinho. Escolas invisibilizadas: desigualdades nas condições de oferta e limites dos instrumentos de políticas públicas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 120, p. 1-22, jul./set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/proinfancia>. Acesso em: 23 mar. 2025.

CÁSSIO, Fernando. **Direito à educação pública**: uma luta contra retrocessos. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2021.

COSTA, Gilvan L. M. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, 2013.

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: desafios para a construção de uma política de Estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 365-385, abr./jun. 2012.

EVANGELISTA, Jaqueline P.; MEDEIROS, Maria Valéria J.; CAMARA, Mirian A. O.; LOPES, Robson V. N. O setor privado na educação básica brasileira: espaços e mecanismos de participação. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 64, p. 309-318, 2022.

FONSECA, Stella Oggioni; NAMEM, Anderson Amendoeira. Mineração em bases de dados do INEP: uma análise exploratória para nortear melhorias no sistema educacional brasileiro. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 1, p. 133-157, 2016.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – Fundação Abrinq. Disponível em: <http://observatoriocrianca.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. 196 p.

GENTILE, Emilio. **O culto do Litoral: a sacralização da política na era dos totalitarismos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

INEP. **Sinopse estatística da educação básica: 2007 a 2023**. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 2 jun. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

LOPES, Luana Gaspar do Nascimento. Rendimento escolar: aprovação, reprovação e abandono no município de Vitória. **Open Science Research VIII**, v. 8, n. 01-08, 2022. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221110884.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.

NEVES, Lucília Machado de Oliveira. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. Política e administração da educação: um estudo de algumas reformas recentes implementadas no estado de Minas Gerais. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 18, n. 58, p. 123-141, jul. 1997.

PESSANHA, Fabiano Vicente A. **A lógica da privatização da escola pública no Brasil: mercadorização da educação e a privatização da escola pública, seus processos e contradições na sociedade de direitos**. 2018. 49 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/bitstream/riuea/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SALES, Luís Carlos; SILVA, Magna Jovita Gomes de Sales. A movimentação das matrículas no ensino fundamental no estado do Piauí. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1283-1301, 2013.

SANTOS, Marilene; NETO-MENDES, Antônio. Processos de privatização da educação pública: uma revisão sistemática da literatura. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 83, p. 1-35, 2021.

SEDUC. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-PI, 2023. Disponível em: <https://seduc.pi.gov.br/>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SILVA, Samara de Oliveira; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; ALMEIDA, Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges. Panorama geral do financiamento da educação na rede estadual do Piauí, pós instituição do Fundeb no Brasil. **Fineduca – Revista de Financiamento da Educação**, v. 10, n. 30, p. 1-18, 2020.

SILVA, Samara de Oliveira; ALMEIDA, Lucine Rodrigues Vasconcelos Borges. Atores privados na oferta educativa na rede pública estadual de educação do Piauí. In:

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA DO GREPPE, 7., 2021. **Anais [...]**. GREPPE, online, 2021.

SILVA, Tauana Tamires da Rocha; SILVA, Samara Oliveira. Oferta educacional na rede estadual de educação do Piauí: desafios para a garantia do direito à educação pública. In: SIMPÓSIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 20., 2020, Teresina, PI. **Anais [...]**. Disponível em <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/download/72/58/339-1?inline=1>. Acesso em: 24 ago. 2023.

SOUSA, A. A.; MOURA, D. H. A educação piauiense no Brasil neodesenvolvimentista. **Revista Holos**, a. 39, v. 6, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/14325/3886>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SOUZA, André Portela; PONCZEK, Vladimir Pinheiro; OLIVA, Bruno Teodoro; TAVARES, Priscila Albuquerque. Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, v. 42, n. 1, p. 5-39, 2012.